

A aventura de inventariar: uma experiência no Museu da Escola Catarinense*

Vera Lucia Gaspar da Silva**
Marília Gabriela Petry***

Resumo:

O trabalho que se apresenta é resultado de uma experiência de inventário de parte do acervo do Museu da Escola Catarinense. Iniciamos o texto com uma reflexão a respeito do trabalho de inventário, compartilhamos alguns desejos, limites e dúvidas e discorremos brevemente sobre informação museológica. Na sequência, tratamos da trajetória do museu até o momento de realização do inventário do acervo e criação do banco de dados para abrigar informações, e socializamos os caminhos percorridos nessa “aventura”. A principal motivação deste registro foi a escassez de material subsidiário com que nos deparamos no momento de realizar a tarefa e o desejo de socializar a experiência, mesmo reconhecendo seus limites.

Palavras-chave:

inventário; objetos da escola; cultura material da escola; banco de dados; Museu da Escola Catarinense.

-
- *. Versão atualizada do trabalho “A aventura de inventariar: contar, classificar, descobrir”, apresentado na “Mesa Coordenada: Preservação da Herança Educativa: Entre o Arquivo, a Biblioteca e o Museu”, coordenada por Margarida Louro Felgueiras – Eixo Temático: 8. Historiografia, métodos, fontes e museologia, durante o VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Cultura Escolar, Migrações e Cidadania, realizado na cidade do Porto (Portugal), em julho de 2008.
- **. Doutora em educação: história da educação e historiografia pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). Professora associada da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (FAED/UDESC). Sócia fundadora da Sociedade Brasileira de História da Educação.
- ***. Pedagoga formada pela FAED/UDESC. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da UDESC, linha de pesquisa História e Historiografia da Educação. Desenvolve pesquisas sobre museus escolares e cultura material escolar.

An aventure taking inventory: an experience at the Santa Catarina School Museum

Vera Lucia Gaspar da Silva
Marília Gabriela Petry

Abstract:

This study is the result of an experiment with an inventory of part of the archives of the Santa Catarina School Museum. We begin with a reflection about the work of taking inventory, share some desires, limits and doubts, and briefly discuss museological information. We then offer a trajectory of the museum until the moment of realization of the inventory of its archives and the creation of a data base to store information and present the routes taken in this “adventure”. The principal motivation of this registration was the scarce support material found upon conducting the task and the desire to share the experience, while recognizing its limitations.

Keywords:

inventory; objectives of the school; material culture of the school; Santa Catarina School Museum.

1. A aventura de inventariar: algumas bases da reflexão

“A aventura de inventariar” expressa parte do sentimento com o qual nos defrontamos no processo de inventariar o acervo do Museu da Escola Catarinense; aquele prazer quase físico diante das descobertas de que fala Mário de Andrade (apud Frota, 1981), intermediado por um conjunto de questionamentos que levam a mobilizar esforços no desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar. É no cruzamento de olhares construídos em diferentes áreas que se estabelece a possibilidade de apreensão da complexidade necessária à descoberta do objeto no sentido de desvendar e descrever aspectos estéticos, materiais e formas que lhes dão concretude, técnicas construtivas e estado de conservação, elementos fundamentais na prática de inventariar. Como incorporar num registro sistematizado materiais pedagógicos, documentos e registros iconográficos, expressões do fazer ordinário da escola, sem esterilizá-los, sem transformá-los em objeto qualquer que sofre os efeitos do registro burocrático, da pura contagem e classificação? Como fazer esse trabalho sem aprisionar os objetos, dando espaço para que se avive a riqueza de práticas inscritas nessa materialidade? Nossa inquietação não é original nem solitária; ela permeia um dos grandes desafios dos trabalhos da área: o de preservar o objeto e a possibilidade de informação nele contida e que o qualifica como documento histórico. Aqui a preservação é compreendida não como um fim, mas como um meio de se instaurarem processos de comunicação, já que “[...] é pela comunicação homem/bem cultural preservado que a condição de documento emerge [...]” (Chagas apud Cândido, 2006, p. 34).

Acompanhando reflexão proposta por Ana Lúcia Siaines de Castro (1999), compreendemos a informação museológica partindo do princípio do objeto como agente de informação e construtor de significados, e do espaço museológico como narrador deste. A análise informacional limita-se, muitas vezes, às características visíveis do acervo, tais como técnica, dimensão, além de dados referentes a aquisição, autoria, entre outros, o que, para Castro (1999), reforça o imaginário do senso comum de museu

como um local de velharia. Isso implica considerar que o objeto fala por si só e o seu valor museal contém todo seu significado, deixando-se de pensar no acervo como documento cultural, o que lhe garante inserção sociocultural. Soma-se aqui a distância evidenciada entre os profissionais que trabalham em museus e os estudos das propriedades de informação.

Dessa maneira, é necessário que se identifiquem informações intrínsecas e extrínsecas ao objeto, e não se registre a informação apenas como aspecto de preservação, o que acaba por reduzir a contribuição do bem. É preciso haver sentido simbólico e material na informação para que esta seja apropriada significativamente e possa agir como “mediadora na produção de conhecimento” (Barreto apud Castro, 1999, p. 26).

O desafio que está posto se centra na tentativa de transformar a informação científica em conhecimento, sendo que esta se constitui como ponto de partida. É preciso provocar a comunicação, como dispositivo de ativação da informação, pois o depósito de informação, por mais bem estruturado e organizado que esteja, não deixa de ser estático e incapaz, isoladamente, de produzir conhecimento. Isso ajuda a dimensionar acerca da importância da transferência dessa informação, entre “estoque de informação” (expressão cunhada por Barreto) e receptor. Como observa Gómez (apud Castro, 1999), a informação passa a assumir novo papel no mundo contemporâneo, auxiliando na diminuição das diferenças e dos conflitos, haja vista que sua redistribuição funciona como vetor de transformação. Gómez ainda ressalta a necessidade de se perceber o conhecimento como ato de pensamento, definindo o seu processo na efetivação de “formações objetivas” – criadas simbolicamente – e “formações subjetivas”, do próprio ato de pensar.

A informação envolve elementos de natureza semântica e estética, nos quais estão presentes informações cunhadas pelos sentidos histórico-sociais atribuídos ao objeto. Ela difere de acordo com cada pessoa e com o sentido que o objeto adquire para posterior absorção em conjunto com os conhecimentos pessoais. Aqui percebemos a importância de educar para sensibilizar: a comunicação entre fonte e receptor envolve um conjunto de elementos que vão além da informação “bruta” e exige ferramentas que podem e devem ser disponibilizadas em ações educativas, seja

dentro dos museus, arquivos ou afins, seja pela escola; ações que visem sensibilizar para sensibilizar-se. Nesse trabalho ganham importância singular os processos de estruturação e democratização da informação.

Deparamo-nos, em relação ao museu, com um espaço entrecruzado, onde, ao mesmo tempo em que se evidenciam políticas de aprimoramento dos dispositivos de informação, não se consegue englobar todas as pessoas, o que reafirma o desafio de democratização da informação e do acesso. Essa realidade é expressão do lugar que os espaços de memória ocupam dentro do cenário social, em sua formação cultural e em seu cotidiano. Ela também deve ser considerada quando se concebem, instalam ou desenvolvem trabalhos ligados à área museológica. O trabalho de inventário coloca-se nessa esteira. A forma de “descobrir” o objeto, descrevê-lo, registrá-lo, dá contornos à informação que será socializada. Contudo, mesmo que se trabalhe com o conjunto de parâmetros já legitimados pela área, é forçoso recorrer que a subjetividade sempre estará presente. Mesmo quando as definições gerais são tomadas em equipe, há decisões (conscientes ou inconscientes) do inventariante que acabam por interferir na construção da informação que será disponibilizada.

Estes apontamentos iniciais informam acerca do terreno no qual nos movemos.

2. Contar: o museu, o acervo e as atividades

O Museu da Escola Catarinense¹ encontra-se em fase de instalação em sua sede própria, definida desde 1998, mas só ocupada em 2007. Este

-
1. A edificação que, a partir do mês de agosto de 2007, passou a abrigar o Museu da Escola Catarinense foi construída especialmente para abrigar a Escola Normal Catharinense, criada nos últimos anos do século XIX sem sede própria. Inaugurada no início dos anos de 1920, a edificação compôs o projeto urbanístico modernizador concebido pelo Estado, que incluiu a construção da Ponte Hercílio Luz (primeira ligação da Ilha com o continente), a remodelação do Palácio do Governo (hoje Museu Cruz e Souza) e a construção da ala sul do Mercado Público. Em 1963, passou a abrigar a Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Santa

momento (ano de 2008) coincide com um conjunto de ações paralelas, como a elaboração do projeto de implantação do museu em bases adequadas e registro e inventário de seu acervo. É esta última que serve de base para as reflexões aqui tecidas.

Entre as estratégias desenvolvidas no intuito de favorecer a comunicação entre o acervo e o público está o desenvolvimento de um banco de dados, que abriga o registro e inventário de todo o acervo e deverá servir como canal de comunicação com o público *in loco*, ou pelo acesso ao *site* (www.musedaescola.udesc.br).

Além de móveis em madeira e objetos, o acervo contempla uma coleção de brinquedos, documentos, livros, fotografias e registros de história oral, são “objetos antigos”, os quais, ao contrário dos modernos, que têm uma funcionalidade², respondem ao propósito do testemunho, lembrança, nostalgia e evasão (cf. Baudrillard, 2006). Embora esses também façam parte da modernidade, a funcionalidade torna-se *historicidade*, exercendo função de signo, presente para significar, e não mais para sua utilidade prática. O objeto significa o tempo.

Enquanto as concepções acerca da museologia vão modificando-se, os museus precisam trabalhar e conciliar transições, (re)pensar seu papel, objetivos e ações concretas. Embora o Museu da Escola Catarinense já exista no interior da UDESC há quase 15 anos, por meio de projetos de pesquisa e extensão que até aqui representaram seu principal núcleo, a ocupação da sede definitiva e a reunião do acervo são recentes (julho de 2007). A ocupação do prédio e a reunião do acervo revestem-se de significados, reforçados pelo fato de o próprio prédio constituir-se em peça do acervo. A necessidade de definição das atividades pós-abertura – como tipo de acervo que ele pode e deve receber, sua disposição dentro do

Catarina, transferida para nova sede em julho de 2007, embalada pela ampliação de matrículas e serviços do hoje Centro de Ciências Humanas e da Educação. A entrega simbólica das chaves do prédio foi realizada no dia 4 de julho de 2007, momento em que se realizou também a cerimônia de lançamento oficial do *site* do museu.

2. “[...] aquilo que se adapta a uma ordem ou a um sistema: a funcionalidade é a faculdade de se integrar em um conjunto [...]” (Baudrillard, 2006, p. 70).

espaço físico e, acima de tudo, a estruturação desse espaço – articula-se ao trabalho de mapeamento e registro do acervo existente, bem como de definições acerca das incorporações posteriores.

Ao mesmo tempo em que tem acrescida à sua dimensão funcional a instância de documento, em dimensão histórica, o objeto torna-se passível de ser recoberto pela camada museal [...] passa a ser expressão museológica, exemplar de sustentação da verdade conferida pelo museu no processo de seleção que o distingue dos demais que não alcançaram tal categoria [...] isto posto, seria ingenuidade admitir que o museu, instituição legitimadora de valores, aceitasse qualquer objeto para fazer parte de seu acervo [...] (Castro, 1999, p. 22).

A afinidade com essa premissa impõe a necessidade de se estabelecer uma política de constituição e conservação do acervo. Entretanto, convivemos com o possível desaparecimento de muitos objetos potencialmente “musealizáveis”. Dessa forma, diante de ofertas de peças “estranhas à temática”, considera-se pertinente analisar a capacidade de quem as oferece de preservar o patrimônio, ou se a incorporação ao acervo do museu se constitui em alternativa de preservação do bem. No caso de artigos de natureza muito diversa daquela de que a instituição se ocupa, cabe a tarefa de indicar destinos mais apropriados, tentando contribuir com a preservação do patrimônio histórico e o fortalecimento de espaços de guarda de memória. Essa relação pode ser favorecida com a inserção da instituição museológica nos sistemas que congregam os museus e que se configuram como redes de comunicação e cooperação³.

Espelhando uma realidade de grande parte de instituições brasileiras dessa natureza, até 2006 o Museu da Escola Catarinense não dispunha de um registro sistemático do acervo, capaz de revelar a quantidade de peças, seu estado de conservação e necessidades de intervenção, origem, data de fabricação, enfim, um conjunto de in-

3. No cenário brasileiro, conta-se hoje com o Sistema Nacional de Museu e os Sistemas Estaduais.

formações capaz de caracterizar cada peça. Como aspecto agravante desse quadro, até julho de 2007 as peças se encontravam depositadas em diferentes lugares dentro da UDESC e em depósito locado. Tendo em vista a necessidade do registro do acervo – que em sua maioria se encontra sob guarda do museu desde a sua criação, há 15 anos, sem que houvesse sido registrado totalmente⁴ –, era fundamental estabelecer uma ficha de catalogação que contemplasse pontos necessários à sua caracterização. Sendo assim, passou-se por uma etapa de pesquisa em *sites* e catálogos para determinar o melhor tipo de registro. Optou-se, com base em um longo processo de pesquisa e discussões entre os membros da equipe, por construir um banco de dados próprio, que pudesse ser acessado por meio do próprio *site* do museu⁵. Enquanto o *site* tem a função de informar sobre o museu, seus projetos, sua história, exposições, entre outros, o banco de dados é o instrumento para fazer o *link* com o acervo material no formato digital. O seu papel não é o de substituir o acervo físico, mas de ampliar possibilidades. O processo de digitalização permite divulgar imagens de todo o acervo, além das informações textuais.

Na realidade, o banco de dados nada mais é do que um programa de gerenciamento de informações, mas que podem ser exploradas de diferentes formas através dos filtros estabelecidos para a pesquisa e do quão visível o tornamos dentro do *site*. Além do mais, possibilita uma interação com dados de natureza diversa, tais como fotos, textos, áudio e vídeo.

Assim, o registro de todo o acervo permite visualizar esse universo, mapear coleções, localizar informações técnicas acerca de cada peça, estabelecer políticas de conservação, restauro e aquisição.

-
4. O registro inicial foi organizado com forte apoio na memória de sua idealizadora, tendo como produto pistas muitas vezes difusas para quem dele se ocupa atualmente.
 5. Desenvolvido a partir do projeto de pesquisa “Comunicação e Memória: O tempo sensível da função e do conteúdo”, coordenado pela professora Ademilde Silveira Sartori.

3. Classificar: o trabalho de inventário

No intuito de sintonizar o máximo possível o processo de institucionalização do Museu da Escola Catarinense com a política nacional de museus, adotou-se como base metodológica para elaboração do Banco de Dados as convenções estabelecidas no Caderno de Diretrizes Museológicas do IPHAN. Tal metodologia consiste em inventariar e catalogar o acervo, além de registrar os dados históricos de cada objeto, processos que se entrecruzam, já que a continuidade de um depende de informações do outro. Segundo os parâmetros adotados pela equipe envolvida nessa tarefa⁶, o inventário refere-se à quantidade de objetos presentes no acervo, à sua numeração, à fotografia e à descrição minuciosa da peça, acrescida de seu histórico. Apesar das discussões da área no tocante à delimitação de territórios entre inventário, cadastro e catalogação, fez-se aqui uma opção por conceber esta como uma prática de inventariar, agregando o maior número possível de informações acerca de cada objeto.

A partir da adoção da “política” acima anunciada, passou-se para a etapa de construção efetiva do sistema materializada no Banco de Dados⁷. Fez-se a opção por inserir informações, registrar e operar correções de ordem prática mesmo antes de ter o formato final definido, no intuito de buscar melhorias ao mesmo tempo em que o trabalho se ia efetivando. Esta estratégia foi adotada por considerarmos que muitos dos limites só seriam percebidos durante a manipulação da ferramenta.

A forma como o banco de dados foi concebido e apresenta-se hoje representa um avanço se comparada à realidade de grande parte dos museus

6. Esta equipe manteve reuniões sistemáticas e foi composta pelas autoras deste trabalho, além de Gisela Eggert-Steindel (docente da FAED-UDESC, com formação em biblioteconomia), Susana Aparecida Cardoso (especialista em restauro) e Bernadete Ros Chini (bibliotecária especialista em inventários).

7. Concebido em linguagem “php”, tem como criador técnico Moisés da Silva de Oliveira e colaboração na fase inicial de Greyce Lemos, acadêmica do curso de pedagogia da UDESC.

brasileiros, pois existe uma grande dificuldade em se coordenar conjuntamente essas ações. Além disso, poucas são as ferramentas disponíveis⁸.

Na versão atual (que pode ser visualizada a seguir), o Banco de Dados do Museu da Escola Catarinense caracteriza-se como ferramenta cuja finalidade é agrupar e organizar informações. Essa versão foi concebida somente para a primeira etapa; quando todas as informações disponíveis forem inseridas, o atual *layout* deverá ser alterado para facilitar e estimular as visitas e pesquisas. Contudo, entende-se que não há necessidade de se disponibilizarem todas as informações ao público; algumas delas, de ordem técnica, são úteis apenas para o gerenciamento do acervo, devendo permanecer com acesso restrito.

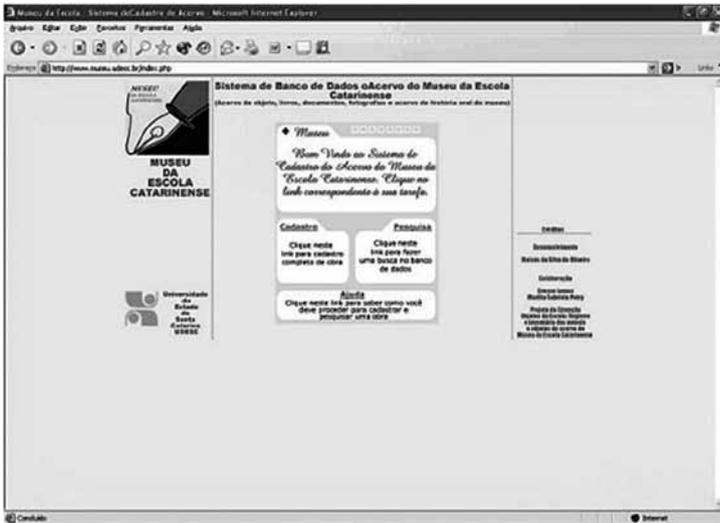


Figura 1: Página inicial do banco de dados

8. Importante ação está efetivando-se através de trabalho de cooperação Brasil-Portugal, com o desenvolvimento da Base de Dados DOCMUSABR – que funciona com linguagem Access. Trata-se da Base de Dados Museológica – Versão Beta – desenvolvida no quadro do protocolo existente entre o Ministério da Cultura do Brasil e o Centro de Estudos de Sociomuseologia da Universidade Lusófona. Essa base de dados contém ficha de inventário com diversos campos e funções de Relatório Geral e outros Relatório e Consultas (Relatório de Empréstimos, Relatório de Restauro, Lista de Empréstimos Ativos e Lista de Peças em Restauro).

Seguindo o manual do IPHAN, já referido, foram mantidos os 37 campos do cadastro e espaço para inserção de foto digitalizada, evidenciando as especificidades de cada peça, e mostrando-a de diferentes ângulos. Um dos desafios da realização desta tarefa consiste na autoria necessária ao preenchimento dos campos, traduzida na responsabilidade de estabelecer categorias de acordo com o acervo, criar um número de inventário a partir da quantidade de objetos disponíveis, assim como classificar, descrever, fotografar e avaliar as condições de conservação. Aqui, considerando a natureza do acervo do qual nos ocupamos, conhecimentos das áreas de história da educação, museologia e arquivística foram mobilizados, além de se recorrer à interlocução com outras equipes.

No caso específico do formato da “ficha de catalogação” adotada, existe, como já indicado, um limite no preenchimento pela precariedade e escassez de informações sobre cada peça. Isso implica o registro do “possível”, apostando na possibilidade de completar os campos a partir de informações levantadas em projetos de pesquisa⁹. Mesmo assim, optou-se pelo registro de todos os objetos no intuito de tornar mais precisa a construção de séries que compõem a numeração de inventário, bem como facilitar o controle e visualizar o universo material que em abril de 2008 correspondia ao seguinte. *Brinquedos*: 2 pombinhas em madeira, 1 Carinho carrossel, 1 galinha na roda, 4 bilboquês, 1 diabôlo, 1 bolinha cativa, 2 reco-reco, 1 oricongo, 1 violão, 2 chocalhos, 2 trapézios, 1 carrinho de carretel, 1 piorra, 6 piões, 2 locomotivas, 1 caminhão, 1 rato no lenço, 7 apitos, 2 ioiôs, 1 bolinha bate-bate, 1 gaita de boca, 4 corrupios, 1 hélice, 1 carretel com barbante, 1 bolinha-chocalho, 1 caleidoscópio, 1 boneca de pano, 1 raquete, 2 bolas de meia, 3 petecas, 2 cata-ventos, 2 balões em papel, 1 jogo para fazer bola de sabão, 1 matraca, 1 máquina fotográfica, 1 telefone sem fio, 3 aviões, 2 compressores, 1 carrinho de lata, 1 pé de

9. Um exemplo é o projeto de pesquisa “Objetos da escola: cultura material da escola graduada (1870-1950)”, concebido como desdobramento da atividade aqui relatada e em desenvolvimento desde 2008 na FAED/UDESC.

lata, 1 volante, 1 chapa, 1 corneta, 1 pirâmide, 1 carretel vermelho, 1 iaiá, 1 cavalinho em madeira, 1 xanxeta (jogo de moedas), 1 “boca” para jogar bola de gude, 1 jogo de seis marias brancas, 1 jogo de seis marias com saquinho, 1 jogo de bola de gude, diversos rolinhos de papelão, tampinhas de metal, bastões em madeira, quadrados em madeira, caixas de fósforo, botões, bolinhas de barro. *Mobília e demais objetos da escola*: 3 cadeiras, 1 púlpito, 3 porta-bandeiras, 4 escrivaninhas sem pintura, 2 carteiras com baú, 3 cadeiras com ripas, 3 cadeiras com abertura no encosto, 3 cadeiras com braço, 4 mesas, 6 escrivaninhas para uma pessoa, 1 armário com portas de vidro, 1 cadeira que pertenceu a Antonieta de Barros, 1 mesa que pertenceu a Antonieta de Barros, 2 Arquivos em madeira, 1 piano, 13 quadros de formatura, 48 carteiras duplas, 71 lápis, 2 pedestais para medir alunos, 4 placas, 3 máquinas de escrever, 10 quadros, diversas pinturas, desenhos, fotografias, 1 projetor de *slides*, 1 mimeógrafo, 3 carimbos, 1 grampeador, 1 relógio cuco, 1 globo terrestre, 4 canetas com ponta de metal, 12 cadernos em branco, 1 mata-borrão, 2 réplicas de lousa, 1 lousa original, 1 normógrafo, 1 tinteiro de vidro, 1 porta-caneta, 1 mapa de Santa Catarina, 1 ábaco, 1 medalha e chaveiro, 1 medalha, 1 gravura em metal da Academia de Comércio de Santa Catarina, 5 pedaços de tecido com símbolo da Academia de Comércio de Santa Catarina, 1 mapa do Brasil em metal e relevo, 2 coleções de *slides*, 12 quadros expositivos. Não estão inseridos aqui os dados referentes ao acervo de livros, documentos, fotografias e entrevistas.

O processo de definição da numeração e de como proceder quanto a cada tipo de acervo já vinha sendo discutido pela equipe que buscou interlocutores. Ao longo dos trabalhos, foi-se tomando consciência de quão difícil e desafiadora é a tarefa de inventariar, ainda mais por termos à nossa frente objetos de natureza muito diversa, como, por exemplo, uma coleção de bolinhas de gude, que, apesar de juntas formarem um jogo, se constituem sozinhas como únicas e como elemento fundamental do acervo.



Figura 2: Pião em madeira, bolas de gude e jogo de seis marias
Fonte: Acervo do Museu da Escola Catarinense

No intuito de determinar um número de registro que não possibilite apenas a contagem de peças, mas que ofereça informações, elaborou-se um “código” na forma de sequência que se inicia com a sigla do museu, seguida por cinco campos: MEC2008.000.000.0000.000000. O primeiro refere-se ao ano de inventário¹⁰, seguido pelo número da coleção à qual o objeto pertence, o número do tipo de objeto, número da quantidade daquele mesmo objeto dentro da série tipo de acervo e, por último, o número do objeto no universo geral do inventário. No caso de peças desmembradas, ou seja, que possuem mais de uma parte, como um jogo de “seis marias” (saquinhos de tecido preenchidos com arroz), definiu-se por, após o número geral, inserir a referência à parte, numa sequência também numérica, que informa o número do membro e quantos além dele

10. Algumas orientações museológicas indicam como adequado inserir o ano de fabricação da peça. Esse procedimento não seria possível no caso do acervo em foco, já que não se dispõe dessa informação para a maior parte das peças.

integram a peça. Para o caso de um objeto com cinco partes, teríamos 1-5, 2-5, 3-5, 4-5, 5-5. Esse formato permite que se identifiquem mais rapidamente partes de um mesmo objeto, especialmente nos casos de extravio, além de desempenhar função de controle e segurança.

A princípio, a reação diante do formato apresentado pode ser de surpresa quanto à quantidade de números. Embora compartilhe-mos dessa sensação, essa numeração nos dá uma ideia mais específica do acervo. Tomemos como exemplo a seguinte sequência: MEC2008.001.001.0060.000310. Dentro da opção adotada e estabelecidas as relações, quando nos deparamos com uma peça cujo número de registro traz como primeiros dígitos 001, sabe-se que se trata de um objeto da coleção 001 (que, dentro do acervo do museu, foi definida como Coleção Aldo Nunes); seguindo-se com a sequência de números 001, sabe-se que se trata de um brinquedo; se fosse 002, seria um desenho. A terceira parte da numeração – 0060 – permite saber que já existem outros 59 brinquedos desta coleção, e, por fim, 000310 corresponde ao número da peça no universo do acervo, indicando a existência de outros 309 objetos cadastrados, independente da natureza.

Quanto à marcação, a fim de não comprometer excessivamente o objeto, optou-se por inscrever na peça apenas a sigla do museu e o número geral. Essa numeração maior pode ser encontrada nas fichas de registro que compõem o dossiê da peça, no banco de dados e nas fotos¹¹.

Estabelecidas as diretrizes antes enunciadas, deu-se início ao trabalho manual de medir cada peça (na sequência: altura, largura e espessura), fotografar (frente, esquerda, atrás, direita, superior, inferior, alguma inscrição ou marca particular), numerar, analisar, descrever as características mais visíveis e emitir um parecer técnico em relação ao estado de conservação, efetivando-se uma avaliação pormenorizada das peças em visível estado de deterioração. As informações são lançadas numa ficha que integra o dossiê e posteriormente inseridas no banco

11. Para facilitar a utilização das fotos do inventário inclusive em publicações, optou-se por duplicá-las, sendo que um exemplar em formato digital contém o número do inventário e outro não.

de dados. Finalmente, uma etiqueta de papel com o número geral é anexada ao objeto. No momento em que se conclui o processo com as peças de um mesmo conjunto (brinquedos, móveis, livros), faz-se a inscrição do número no objeto, cortando-se as etiquetas anteriormente anexadas. No caso de peças em madeira, metal e vidro, passa-se uma base transparente e escreve-se o número com tinta nanquim; em peças escuras, usa-se a cor branca e nas claras, a cor preta; a seguir, acrescenta-se um revestimento com base para proteção. Já em suportes de papel, usa-se lápis 6B e os objetos em tecido devem ter a numeração bordada com linha de seda.

Com relação aos dados gerais das peças, o preenchimento de alguns campos foi possível devido ao resgate de documentos de doação que informam a procedência do objeto; entretanto, levando em consideração o longo período de existência do museu, pode-se considerar extremamente reduzido o número de registros dessa natureza. Em todo período, creditou-se muito à memória das pessoas envolvidas no trabalho de recolha e seus registros pessoais. Na tentativa de recuperar esses elementos, recorremos à professora Maria da Graça Vandressen, idealizadora do museu, e a outras pessoas que em algum momento estiveram envolvidas nessa tarefa. Esse limite das instituições museológicas já preocupava Mário de Andrade nos anos de 1930. É dele o desabafo: “[...] o que nos prejudica muito em nossos museus é que suas coleções, por vezes preciosas como documentação etnográfica, foram muito mal recolhidas, de maneira antiquada, deficiente e amadorística [...]” (em Frota, 1981, p. 27, excerto da correspondência de Mário de Andrade com Rodrigo de Mello Franco de Andrade).

Certamente que não se faz aqui uma crítica ao valioso trabalho de recolha já feito. O que se busca é uma forma de lidar com os desafios que uma ação não sistematizada coloca à equipe que se ocupa dessa sistematização. Registra-se, também, além do reconhecimento ao valioso trabalho de localização e recolha, o reconhecimento de que, provavelmente, sem essa ação “desprovida de sistematização” muitas das peças não teriam sobrevivido. Sobrevivendo a peça, é possível superar a fragilidade de informações que a envolve.

O trabalho de inventário exige também a classificação das peças. Entende-se que essa classificação não pode ser rígida, dada a mobilidade que um objeto pode ter dentro do acervo, mas é um procedimento necessário de organização e gerenciamento. Assim, alguns objetos acabam ficando dentro de uma determinada classificação, quando também poderiam fazer parte de outra, como é o caso da coleção de quadros demonstrativos (ver figura 3), que são quadros didáticos, então materiais didáticos, e ao mesmo tempo são quadros expositivos ou elementos que compõem o acervo da já extinta Academia de Comércio.

Na primeira etapa, que foi por nós realizada¹², ocupamo-nos especialmente do registro e inventário da parte do acervo que convencionamos chamar de “objetos da escola”. O acervo em suporte de papel como livros e documentos esteve, até dezembro de 2008, sob os cuidados do Projeto de Extensão “Entre papéis: preservação física do acervo bibliográfico e documental do Museu da Escola Catarinense”¹³.

Os dados levantados permitem representar esse acervo na forma a seguir, mas, considerando-se que essa é uma ação em andamento, essa representação deverá sofrer alterações.

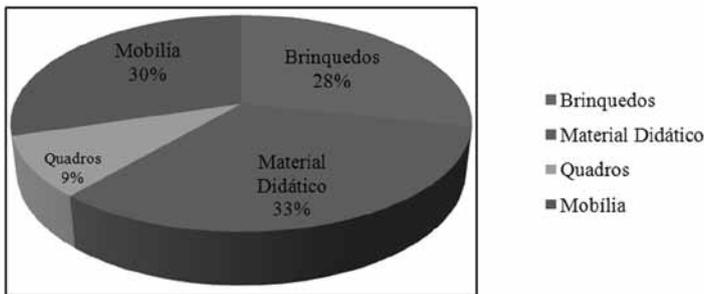


Figura 3: Gráfico representativo do acervo de objetos

12. No segundo semestre de 2008, tendo em vista uma troca de equipe na Reitoria da UDESC, afastamo-nos das atividades do Museu da Escola Catarinense.
13. Coordenado pela professora doutora Gisela Eggert Steindel, “Entre papéis” ocupou-se especialmente da recuperação e conservação de documentos e livros que integram o acervo do Museu da Escola Catarinense. Com essa ação foi possível instalar um pequeno Laboratório de Higienização no qual também se podem realizar alguns procedimentos de restauro.

Note-se que ainda não estão representadas as peças que compõem o acervo histórico bibliográfico, documental, fotográfico e de história oral, os quais serão incorporados posteriormente.

Na figura 3, pode-se verificar que o tipo de material com maior proporção dentro do universo dos objetos é justamente o material didático. Esse grupo envolve, entre outras coisas, lousas de ardósia com moldura em madeira, canetas tinteiro, mata-borrão, ábaco, lápis e cadernos. Em segundo lugar, encontra-se a mobília, correspondendo a escrivaninhas, carteiras, cadeiras, arquivos, porta-bandeiras, quadro-negro, entre outros, além de peças em suporte de madeira, materiais que, para Jean Baudrillard (2006), também são um “ser”, pois conservam o tempo em suas fibras, têm odor, envelhecem e têm seus próprios parasitas. A terceira coleção com maior número de peças é composta de brinquedos¹⁴, muitos dos quais confeccionados manualmente pelo professor Aldo Nunes, ex-aluno e ex-professor da Escola Normal Catarinense, razão pela qual a coleção leva o seu nome. Essa é a primeira coleção definida dentro do museu. E, por último, encontram-se os quadros representando 9% do total; nesse agrupamento estão os quadros de formaturas, pinturas e quadros expositivos de produtos agrícolas.

Embora já se tenha estabelecido um conjunto de parâmetros para o inventário desses artefatos da escola, há necessidade de aprofundamento teórico que sustente as discussões e definições. Aqui os trabalhos de história da educação que versam sobre cultura material da escola têm um papel ímpar.

14. Essa coleção foi objeto da elaboração do primeiro catálogo impresso do Museu da Escola Catarinense, intitulado “Brinquedos da minha infância: coleção Aldo Nunes”. A experiência encontra-se registrada no trabalho “Brinquedos da minha infância: socialização de um acervo”, apresentado no V Congresso Brasileiro de História da Educação, realizado em Aracaju, em novembro de 2008.

4. Descobrir: o trabalho da pesquisa

As descobertas mais significativas acerca dos objetos que compõem o acervo, aquelas que, nas já citadas palavras de Mário de Andrade, geram um prazer quase físico, estão vinculadas a projetos de pesquisa. Alguns dados foram obtidos como resultados iniciais do projeto “Objetos da escola: origens e usos dos objetos escolares que compõem o acervo do Museu da Escola Catarinense”. Inicialmente, definiu-se que este se ocuparia da localização de informações acerca da origem e dos usos das peças que compõem o acervo do museu, além de desenvolver ações para qualificar e complementar o trabalho de registro. Encaminhamentos institucionais e articulações acadêmicas levaram à fusão deste com o já indicado projeto de pesquisa “Objetos da Escola: cultura material da escola graduada (1870-1950)”¹⁵, iniciado em agosto de 2008. A experiência resultante dos encaminhamentos que levaram à segunda pesquisa nomeada ajudou a construir um olhar mais acurado das fontes e dos objetos.

Ao perseguir a trajetória dos objetos, neste caso escolar, descobrem-se diferentes usos de artefatos fabricados para ter uma utilidade bastante similar. Valdeniza Maria da Barra (2007) é uma das autoras que tem contribuído com esta reflexão. Em um de seus trabalhos, confronta o conteúdo de documentos redigidos pela Inspeção Geral de Instrução Pública de São Paulo com documentos redigidos por uma professora de primeiras letras do sexo feminino da cidade de Capivari, interior desse estado. No decorrer do texto, evidencia-se a dificuldade na definição dos materiais que seriam disponibilizados à escola para uso das alunas e professora, e o quanto isso repercutiu e repercutiu na metodologia para ensinar e a relação entre método e material, apesar de nem sempre isso aparecer claramente. Sendo assim, a professora fez uso dos materiais de que dispunha dentro das possibilidades existentes.

15. Essa proposta constitui um desdobramento local articulado ao Projeto Nacional de Pesquisa “Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1950)”.

Ainda com relação ao material didático usado nas escolas no início do século passado, faz parte do acervo uma coleção de quadros demonstrativos, oriundos da extinta Academia de Comércio de Santa Catarina. Alguns dados estão registrados nos próprios quadros, como autoria e origem, além da data de aquisição e um documento simbólico elaborado pelo diretor da instituição por ocasião da doação em 1996; simbólico, porque não atende às normas museológicas próprias para termos de doação.



Figura 4: Mostruário de produtos agrícolas
Fonte: Acervo do Museu da Escola Catarinense

Esses quadros são mostruários de produtos agrícolas nacionais, tais como café, arroz, feijão, algodão, seda, entre outros. Contêm fotografias, colagens de sementes, vidrinhos de substâncias como óleo e textos instrutivos. Resta-nos “descobrir” se tinham circulação nacional, por quem eram fornecidos, em que aulas eram utilizados, enfim, explorar práticas que os tiveram por suporte material. No caso específico dos aqui citados, também é necessário apurar acerca de sua trajetória até chegar à Academia de Comércio, de onde seguiram para o acervo do museu.

Outro objeto de grande valor, e que tem sido solicitado a compor cenários para documentários e filmes, é a escrivadinha que serviu de suporte ao trabalho da diretora do Instituto de Educação de Santa Catarina (antiga Escola Normal Catharinense), Antonieta de Barros, educadora de grande expressão, escritora e primeira mulher a ser eleita parlamentar em Santa Catarina.

5. Algumas considerações

Cientes de que a construção do banco de dados marca apenas o início do processo de cadastramento e inventário do acervo, considera-se que esse trabalho deverá ser contínuo dentro das atividades do museu, pois sempre surgirão novos dados a serem registrados. O acervo físico já se constitui como material de pesquisa e o banco de dados deverá ser disponibilizado como ferramenta de consulta ao público. Acredita-se, ainda, que o funcionamento do banco de dados irá facilitar as pesquisas, caracterizando-se talvez como maior objetivo do projeto que lhe deu origem, não desmerecendo a importância deste como ferramenta de mapeamento e controle técnico.

[...] o processo de investigação amplia as possibilidades de comunicação do bem cultural e dá sentido à preservação [...] A pesquisa é a garantia da possibilidade de uma visão crítica sobre a área da documentação, envolvendo a relação homem-documento-espço, o patrimônio cultural, a memória, a preservação e a comunicação (Chagas apud Cândido, 2006, p. 34).

Justamente por essa preocupação em possibilitar e expandir a comunicação do acervo com o público é que não se pensou apenas naqueles que porventura terão a oportunidade de conhecer o acervo físico, mas também naqueles que se localizam em diferentes lugares e que se ocupam do estudo da cultura material da escola, ou são sensíveis a esses objetos que expressam parte do cotidiano escolar do século XX.

Nesta aventura, a cada dia nos damos conta de quão importante é o trabalho interdisciplinar e de como ele vem ajudando-nos a construir as ações até aqui descritas. Muito provavelmente, esta é a resposta à nossa angústia e tentativa de não aprisionar o objeto; são olhares diversos sobre um acervo altamente diversificado e é nesse diálogo quase diário que se buscam soluções conjuntas, ao invés de se realizarem desejos pessoais. Por fim, a vontade de ver o museu de portas abertas e tornar o seu acervo conhecido impulsionou as tarefas práticas, embaladas pela consciência de que o registro não deve ser tratado como mero registro.

Referências bibliográficas

BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. Possíveis relações entre aspectos materiais (espaço, mobiliário e utensílios), modos de organização da escola e intervenções de ensino. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas: Editora Autores Associados; Sociedade Brasileira de História da Educação, n. 14, p. 15-36, maio-ago. 2007.

BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. 4. ed. Tradução Zulmira Ribeiro Tavares. São Paulo: Editora Perspectiva S. A., 2006.

CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação Museológica. In: *CADERNOS DE DIRETRIZES MUSEOLÓGICAS I* (2006). 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte, Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006. p. 33-92.

CASTRO, Ana Lucia Siaines de. Informação museológica: uma proposição teórica a partir da Ciência da Informação. In: PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro (Org.). *Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade*. Brasília; Rio de Janeiro: IBICT, 1999. p. 13-31.

ESCOLANO, Agustín Benito. *La memoria y el deseo: cultura de la escuela y educación deseada*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2002.

FERNANDES, Rogério; FELGUEIRAS, Margarida Louro (Org.) *A Escola Primária: entre a imagem e a memória*. Porto/Portugal, 2000 (Projeto “Museu Vivo da Escola Primária”).

FELGUEIRAS, Margarida Louro. Materialidade da cultura escolar: a importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. *PRO-Posições* – Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas/SP, Dossiê: Cultura Escolar e Cultura Material Escolar: entre arquivos e museus, v. 16, n. 1 (46), p. 87-102, jan.-abr. 2005.

FERREZ, Helena Dodd; PEIXOTO, Maria Elizabete Santos (Comp.). *Manual de catalogação: pintura, escultura, desenho, gravura*. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes, 1995.

FROTA, Lélia Coelho. Mário de Andrade: uma vocação de escritor público. In: Andrade, Mário de. *Mário de Andrade: cartas de trabalho (correspondência*

com Rodrigo Mello Franco de Andrade – 1936-1945). Brasília: MEC/SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória, 1981. p. 21-37.

MAIA, Maria Margarete Sell da (Org.). *Catálogo*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. [s.d.]. Mimeografado.

MENEZES, Maria Cristina (Org.). *Educação, Memória, História: possibilidades, leituras*. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

_____. (Org.). *Dossiê: cultura escolar e cultura material escolar: entre arquivos e museus*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

MOGARRO, Maria João. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas: preservar a informação, construir a memória. *PRO-Posições – Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas/SP*, Dossiê: Cultura Escolar e Cultura Material Escolar: entre arquivos e museus, v. 16, n. 1 (46), p. 103-116, jan.-abr. 2005.

MORAES, Carmen S. V.; ALVES, Júlia F. (Org.) *Inventário de fontes documentais*. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ZAIA, Iomar Barbosa; VENDRAMETO, Maria Cristina. Arquivos escolares e pesquisa histórica: fontes para o estudo da educação brasileira. *PRO-Posições – Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas/SP*, Dossiê: Cultura Escolar e Cultura Material Escolar: entre arquivos e museus, v. 16, n. 1 (46), p. 117-133, jan.-abr. 2005.

MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 3, 2007.

RODRIGUES, Marly. O Condephaat: as práticas definem a política. In: _____. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987*. São Paulo: Editora da UNESP; FAPESP; IMESP; CONDEPHAAT, 2000. p. 57-144.

SALES, Fernanda de (Org.). *Revisão – Representação Descritiva I*. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina. 2005. Mimeografado.

SOUZA, Rosa Fátima de. Vestígios da cultura material escolar. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas: Editora Autores Associados; Sociedade Brasileira de História da Educação, n. 14, p. 11-14, maio-ago. 2007.

VIDAL, Diana; ZAIA, Iomar B. De arquivo morto a permanente: o arquivo escolar e a construção da cidadania. In: MORAES, Carmen S. V.; ALVES, Júlia F. (Org.). *Inventário de Fontes Documentais*. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002. p. 33-42.

Endereço para correspondência:

Vera Lucia Gaspar da Silva

Caixa Postal 10179

Lagoa da Conceição

Florianópolis-SC

CEP: 88.062-970

E-mail: vera.gaspar@floripa.com.br

Marília Gabriela Petry

Servidão Antônio Ludovino dos Santos, 294, apto. 3

Trindade

Florianópolis-SC

CEP: 88.036-646

E-mail: marilia_patry@yahoo.com.br

Recebido em: 8 jul. 2010

Aprovado em: 29 mar. 2011